

PROJETO “MEMÓRIA DO TEATRO ALBERTO MARANHÃO”: A IMPORTÂNCIA DE UM ACERVO DOCUMENTAL TEATRAL NO NORDESTE NO ÂMBITO DA PESQUISA, EXTENSÃO E ENSINO DE TEATRO BRASILEIRO

*“MEMÓRIA DO TEATRO ALBERTO MARANHÃO” PROJECT:
THE IMPORTANCE OF A THEATRICAL ARCHIVE IN THE
NORTHEAST IN THE SCOPE OF BRAZILIAN THEATER
RESEARCH, EXTENSION AND TEACHING*

**Monize Moura
PPGARc/UFRN**

Resumo

Este artigo debruça-se sobre parte de uma pesquisa realizada no contexto do projeto de extensão *Memória do Teatro Alberto Maranhão*, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em parceria com o Governo do Estado do RN, através da Fundação José Augusto. A ação prevê a conservação, digitalização, sistematização e análise das informações contidas nos documentos que compõem o acervo documental do Teatro Alberto Maranhão, situado na cidade do Natal/RN. Por meio da apresentação do projeto, busca-se trazer à tona algumas questões importantes para o debate acerca do papel das universidades na preservação da memória das artes cênicas e acerca do tratamento dispensado à memória teatral no estado do Rio Grande do Norte. Analisa-se também o processo de construção do acervo documental do Teatro Alberto Maranhão, ao longo do século XX. Por fim, discute-se o uso das fontes para o impulsionamento de pesquisas e do ensino na área de História do teatro brasileiro, particularmente na região Nordeste.

Palavras-chave:

Memória; acervos teatrais; história do teatro nordestino; história do teatro brasileiro.

Abstract

*This article focuses on part of a research implemented in the context of the extension project *Memória do Teatro Alberto Maranhão*, developed at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), in partnership with state government, via José Augusto Foundation. The action plan provides for conservation, digitalization, systematization and analysis of information contained in the documents that comprise the Alberto Maranhão theater archive, located in Natal, Brazil. This project presentation seeks to bring up some important questions for the discussion on the role of universities in memory preservation within performing arts and on how state government deals with theatrical memory. It also analyzes the process of construction of the Teatro Alberto Maranhão archive, throughout the twentieth century. Finally, it discusses how the use of sources can propel research and teaching in the field of Brazilian theater history, particularly in the Northeast.*

Keywords:

Memory; theatrical archives; Brazilian theater history; Northeastern theater history.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a memória do teatro tem produzido nos últimos anos diferentes ações e reflexões entre artistas e pesquisadores. Jorge Dubatti (2016), constatando as transformações ocorridas na universidade argentina no final do século XX, no sentido da incorporação de novos saberes, como o teatro, propõe-se a refletir acerca da especificidade da produção de conhecimento em teatro e sobre o papel dos pesquisadores-artistas universitários. No que diz respeito à memória teatral, para ele, cabe ao(a) pesquisador(a) em teatro engajar-se com a comunidade artística, contextualizando e complexificando, à luz da História do Teatro, os relatos fundamentais para a produção de memória de artistas e jornalistas. Por isso, Dubatti defende que uma das obrigações do(a) pesquisador(a), segundo as novas exigências das "ciências da arte", é pensar os limites dos registros, através da consulta e produção de arquivos e centros de documentação. Mais do que isso, caberia também aos pesquisadores universitários as tarefas de recolher documentos do presente e de favorecer a criação de centros de documentação e arquivo.

O pensamento de Dubatti (2016) coaduna-se com a percepção de Fontana (2019, p. 74), para quem a universidade brasileira ocupa hoje posição estratégica na preservação do patrimônio documental do teatro, atuando por meio da criação de centros de documentação e até mesmo possuindo a "custódia de relevantes conjuntos documentais relativos à memória das nossas artes cênicas". Além do debate sobre memória e acerca do papel das universidades na sua produção e preservação, as preocupações mais recentes em relação a acervos teatrais têm relação com as reflexões da última década em torno da própria historiografia teatral brasileira sobre o uso de fontes, no sentido de pensar a História do teatro para além do texto teatral.

Nos últimos tempos, o estudo da história do teatro brasileiro e os tradicionais trabalhos sobre a literatura dramática que se mantêm enveredam para diversificados aspectos da encenação, da inserção do teatro no ambiente urbano, da arquitetura teatral, dos negócios da cena, dos profissionais do palco e de outros inúmeros aspectos até hoje menos explorados. Para esses novos objetos, novos documentos precisaram ser encontrados em instituições além de bibliotecas,

em formatos os mais diversos, de acordo com o perfil de cada pesquisa (AZEVEDO, 2017, p. 154).

Tal transformação trouxe, então, para o centro do debate, a necessidade de se pensar a História do Teatro a partir de outros documentos - inclusive aqueles produzidos pela História oral (BRANDÃO, 2017). Acrescenta-se a isso a crítica à perspectiva das principais obras que se ocuparam da História do Teatro Brasileiro, em sua maioria centrada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. O desenvolvimento da pós-graduação em Artes Cênicas, atrelado à expansão das universidades e sua interiorização nas últimas décadas, aprofundou o debate de tais questões (FARIA, 2013), na medida em que tem estimulado o interesse por novos objetos de estudo.

Esses processos tiveram por consequência um maior desenvolvimento da historiografia teatral brasileira, assim como a renovação de paradigmas e temas de pesquisa. Tais reformulações têm solicitado cada vez mais a discussão sobre o uso das fontes e, portanto, também sobre a necessidade de produção de memória e documentação em locais que não dispunham de centros de documentação teatral, como é o caso do Estado do Rio Grande do Norte.

HISTÓRIAS DO TEATRO FORA DO "CENTRO": O CASO DO RIO GRANDE DO NORTE

A escrita da História do Teatro no Rio Grande do Norte ainda possui muitas lacunas a serem preenchidas. Alguns trabalhos tecem panoramas da atividade teatral no estado, principalmente na capital, destacando artistas regionais, dramaturgos e grupos teatrais (SANTOS, 1996). É possível ainda situar o esforço de produção de memória do teatro potiguar em algumas monografias e dissertações desenvolvidas no âmbito da pós-graduação (SPINELLI, 2016), ou em publicações dos próprios grupos teatrais locais¹, que constituem material didático significativo para a pesquisa e ensino da História do Teatro no Rio Grande do Norte.

Neste âmbito cabe destacar as publicações de Othon (1998; 2003) que se notabilizam por buscar reunir os dados coletados em uma abordagem histórica da formação do teatro no Rio Grande do Norte, relacionada, para a autora, à própria história da vida educativa no estado. As publicações de

Othon compreendem o período entre o século XVIII e meados do XX. Resta, portanto, muito a decifrar sobre a História do Teatro potiguar, sobretudo no que concerne às relações dos fenômenos e aspectos locais com processos históricos mais amplos, relativos à formação do teatro brasileiro (MOURA, 2019, p. 2).

No que diz respeito ao Teatro Alberto Maranhão (TAM), casa de espetáculos inaugurada em 1904, na capital do estado, duas publicações merecem destaque. A primeira, produzida por Inácio de Meira Pires (1980), relata de maneira sumária e com pontuações críticas os eventos ocorridos no referido teatro entre os anos de 1904 e 1952. A segunda, de autoria do historiador Cláudio Galvão, foi publicada em 2005, em comemoração aos 100 anos do teatro. A edição de comemoração apresenta um trabalho de pesquisa acurado sobre a história da construção do edifício, contendo curtas biografias de figuras que tiveram atuação relevante no teatro e destacando eventos considerados chave para a memória do TAM.

Ambos os livros se destacam também pela apresentação de uma cronologia de eventos ocorridos no teatro. Pioneiras em seus esforços de reunião e ordenação cronológica das informações, ambas as obras se apoiam no acervo documental do teatro, que é composto principalmente por transcrições ou recortes de notícias de jornais locais a respeito da atividade artística do edifício, além de programas, cartazes e fotografias. O conjunto desses registros, organizado cronologicamente, compõe, com efeito, uma espécie de ata das atividades do teatro. A sua leitura permite-nos compreender a ocupação das pautas de espetáculo no edifício, bem como, sumariamente, a recepção da crítica.

Convém ressaltar ainda o trabalho de Fontana (2016) sobre o grupo Teatro do Estudante do Brasil (TEB)², que aborda a turnê realizada em Natal pelo grupo em 1952, além de apresentar correspondências entre Paschoal Carlos Magno e Lauro Monte Filho, artista amador da cidade de Mossoró. As cartas, discutida dentre um conjunto de correspondências entre Paschoal e outros artistas amadores de diversos estados do Brasil, “indicavam desejo de intercâmbio, com a disseminação da proposta estética do TEB e

a formação de uma segunda geração do teatro amador no país” (MOURA, 2019 apud FONTANA, 2016, p. 433).

Apesar desses registros, ainda há muito material a ser coletado e pesquisado a fim de elaborar-se uma memória teatral do estado do Rio Grande do Norte³. Conforme apontado acima, há ainda que se observar a carência de estudos mais aprofundados, e apoiados em fontes primárias, que discutam a História do teatro do estado considerando as suas particularidades e descontinuidades em relação à História global do teatro (BALME, 2012).

Diante de pesquisadores e pesquisadoras que desejam caminhar nessa direção, impõe-se, de saída, um grande obstáculo: a ausência de um centro de documentação teatral aberto à consulta. Hoje são principalmente fontes orais (entrevistas), acervos privados de artistas e grupos locais, bem como críticas de espetáculos publicadas em periódicos⁴ as fontes de pesquisas mais “acessíveis” para a produção de memória do teatro no Rio Grande do Norte.

O Teatro Alberto Maranhão guarda uma documentação organizada cronologicamente e fundamental para a compreensão da atividade artística do Estado. No entanto, este acervo, atualmente indisponível à consulta e em estado de grande fragilidade, tendo sido deslocado temporariamente para o Solar João Galvão, prédio situado no bairro da Ribeira, cidade do Natal, que abriga o Centro de Documentação do Estado⁵.

Diante da relevância de seu acervo, é fundamental preservar a documentação e a memória deste Teatro. O projeto de extensão *Memória do Teatro Alberto Maranhão* orienta-se nesse sentido. A ação vem sendo desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte⁶ desde o ano de 2020, por meio dos editais PROEX 006/2019 e 004/2021, em parceria com o Governo do Estado do RN, através da Fundação José Augusto. O projeto prevê a conservação, digitalização, sistematização e análise das informações contidas nos documentos que compõem o acervo documental do TAM. Para tanto, envolve os departamentos de Artes e de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CCHLA-UFRN)⁷.

Até outubro de 2022, a ação realizou parte da etapa prevista de conservação dos documentos referentes ao período entre 1904 e 1950. Esse material já foi digitalizado e está acessível no Repositório Digital do LABIM⁸. Ainda, o projeto avançou na sistematização de informações contidas nos documentos digitalizados, com o intuito de produzir um instrumento para auxiliar a pesquisa no acervo do Teatro. Durante a execução dessas etapas, surgiu a necessidade de compreender melhor a constituição desse acervo e a sua lógica de organização.

TEATRO ALBERTO MARANHÃO: CONSTRUÇÃO E ACERVO

Convém, antes de tudo, frisar a relevância do Teatro Alberto Maranhão para a vida cultural do estado do Rio Grande do Norte. Inaugurada em 1904, com o nome de Teatro Carlos Gomes, a casa de espetáculos insere-se no contexto das transformações urbanas da capital potiguar na virada do século XIX. Tal momento também foi marcado pela construção da praça Augusto Severo no bairro da Ribeira, cuja dinâmica cultural e econômica se intensificava. A abertura do teatro significou a ampliação da esfera pública e a transformação dos espaços de sociabilidade natalenses, em consonância com o que ocorria em diversas capitais do mundo.

Com efeito, durante o século XIX, observou-se em vários centros urbanos uma mudança significativa no modo de vida dos indivíduos, em seus hábitos, bem como em suas relações com o tempo e o espaço. Nesse sentido, o teatro ocupou lugar de destaque, sendo objeto de interesse e discussão, uma vez que a “ida ao teatro” constituía uma das principais práticas de lazer nas cidades (CHARLE, 2012). No Brasil, a construção de casas de espetáculos oficiais tornou-se, então, uma reivindicação de parte da elite intelectual brasileira, para quem a materialização de um teatro nacional através de edifícios suntuosos consistia num símbolo de modernização, aqui entendida como sinônimo de civilização (europeia).

Imbuída desse espírito, a construção do Teatro Alberto Maranhão, sob o nome de Carlos Gomes, significou para a capital do Rio Grande do Norte um marco tanto no que tange à paisagem urbana, como para o modo de vida da população e de seu imaginário. Edificado numa praça

ajardinada, em substituição ao pantanoso terreno frequentemente inundado pelo rio Potengi, o TAM assumiu relevância para a construção da própria identidade da cidade. Respondia a um ideal modernizador, ao mesmo tempo em que constituía um lugar de distinção social: para a elite local, ir ao teatro podia significar fazer parte de um circuito teatral característico da civilização europeia. Tratava-se também de familiarizar-se com um repertório de obras líricas e dramáticas, e com os códigos de recepção de espetáculos (incluindo-se aí as exibições de cinema que passaram a acontecer nesse espaço). Relevante enquanto espaço social aglutinador de indivíduos e (re)produtor de hierarquias sociais, o teatro foi, assim, o lugar escolhido para sediar eventos sociais, cívicos e políticos.

No que se refere ao incentivo à atividade artística por parte do Estado, o edifício contribuiu decisivamente para a dinamização da cena teatral na capital, sendo palco de turnês nacionais e internacionais, além de apresentações de grupos teatrais e musicais locais. Ao longo do século XX, sediou eventos de amplitude regional e nacional: I Festival Nortista de Teatro Amador (1955), I Congresso Brasileiro de Teatro Amador (1958); Festival Nortista de Amadores do Autor Teatral Brasileiro (1960); I Encontro dos Diretores de Teatro Norte-Nordeste (1962); e IV Festival Nacional de Teatro de Estudantes (1962). Esses eventos desempenharam importante papel no processo de modernização do teatro brasileiro (FERRAZ, 2019).

Percebe-se que a história do Teatro Alberto Maranhão é de enorme relevância para o Rio Grande do Norte. A memória do edifício permite-nos traçar e compreender diferentes aspectos da vida artística e cultural natalense, bem como da formação de redes de sociabilidade na capital potiguar, de que somos herdeiros.

É importante, no entanto, perceber que o que se designa como acervo documental do TAM não constitui propriamente um arquivo permanente da instituição, que reflita seu funcionamento como um todo. Isso incluiria, notadamente, as funções administrativas ali desempenhadas e não apenas o registro dos espetáculos apresentados nos palcos do TAM, pois “O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu.

Seu conjunto tem de retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador. Reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim (BELLOTTI, 2006, p. 28).

Os documentos que compõem o acervo do TAM foram, em grande parte, reunidos a partir da iniciativa pessoal de alguns de seus diretores e de suas bibliotecárias no sentido da produção de livros de registros das atividades do teatro a partir de recortes de imprensa. A despeito da ausência de um arquivo permanente do TAM, nos termos dispostos acima, a existência de um acervo documental sugere que, ao longo do século XX, a memória do TAM já vinha sendo compreendida como aspecto relevante do edifício teatral⁹.

O próprio regulamento do teatro, datado de 1908, já orientava o trabalho de gestão do edifício, apontando também para a produção da memória do teatro. Por exemplo, o documento aponta, como uma das funções da diretoria, a criação de uma biblioteca, além da “escrituração do teatro”, prevendo a produção de diferentes “livros a serem abertos, encerrados e rubricados pelo diretor da instituição”: “um livro para inventário dos pertences, inclusive mobílias e cenários, um livro de visitas, um livro para serem lançadas as contas, um livro de entradas e de multas do aluguel do buffet, um livro de despesas, um para o catálogo da bibliotheca, um de registro dos contratos”. De acordo com o regulamento, tal tarefa caberia ao secretário do teatro, que deveria ainda “velar pelo archivo e bibliotheca do teatro, fazendo um catálogo das peças theatraes e musicaes” (RIO GRANDE DO NORTE, 1908).

Previsto em regulamento ao menos desde 1908, o registro das atividades do TAM não parece ter sido realizado de maneira contínua desde sua fundação. De acordo com Meira Pires, que dirigiu a casa nos períodos 1954-1967 e 1968-1982, a produção de livros de registros do TAM foi iniciada somente na gestão de Alcides Cicco, terceiro diretor do teatro, que ocupou o cargo entre 1926 e 1954:

[Alcides Cicco] teve o cuidado de registrar o movimento artístico levado a efeito no Teatro, valendo-se principalmente, dos comentários e notícias publicados em A República, órgão fundado por Pedro Velho (Pedro Velho de Albuquerque, irmão de Alberto Maranhão) no dia 1 de julho de 1889, para ser o porta-voz do Partido Republicano Federal. [...] Alcides Cicco preencheu a lacuna

deixada pelos seus antecessores e anotou tudo quanto eles não tiveram entusiasmo para fazer. Pena que não tenha conseguido arquivar os programas das Companhias que nos visitaram, dos Concertos da Orquestra e de todas as festividades promovidas no Teatro. No livro que adquiriu para esse trabalho, lavrou o seguinte Termo de Abertura: ‘Não tendo havido a lembrança dos primeiros Diretores desde Theatro “Carlos Gomes” de abrir um livro para nele ser registrado o movimento theatral dos exercícios de 1904 a 1911, resolvi, na qualidade de Director do Theatro, dar início a esta escripturação fazendo um apanhado dos espetáculos, desde o dia 24 de março de 1904. Directoria do Theatro Carlos Gomes, em Natal, 2 de abril de 1935. [...] O certo, por conseguinte, é que ele registrou o período de 1904 a 1910 e todos os outros, a partir de sua nomeação, incluindo também o referente aos anos de 1926 a 1930 sem se preocupar, todavia, em colecionar os programas e notícias de jornais (PIRES, 1980, p. 90-91).

Efetivamente, no acervo documental do TAM encontram-se indícios de um primeiro Livro de Registro das atividades do teatro entre 1904 e 1912¹⁰. O projeto *Memória do TAM* ainda não encontrou compêndio semelhante para o período que se estende de 1913 a 1916. Pode-se supor, no entanto, que os registros dos eventos ocorridos durante esses anos tenham sido realizados e perdidos *a posteriori*, uma vez que aparecem descritos por Meira Pires em obra que se propunha a apresentar “uma pauta do movimento de cada ano e dos seus respectivos meses” (PIRES, 1980, p.103). Além disso, na década de 50, em coluna semanal no *Diário de Natal*, Meira Pires publicou em ordem cronológica registros dos eventos ocorridos no TAM, os quais vieram a ser retomados em seu volume *História do Teatro Alberto Maranhão*, de 1980, ao qual nos referimos aqui. Nessas publicações periódicas não há menções a livros de registros do então Theatro Carlos Gomes. Pires remete-se ao periódico A República em algumas passagens, dando a entender que ele mesmo estivesse realizando um compêndio de registros:

Como é sublime o indivíduo pesquisar documentos, fatos verídicos, na empoeirada prateleira do tempo. Reviver um passado glorioso que merecia, pela sua respeitabilidade, melhores atenções por parte de quem de direito. E é rebuscando as páginas já amarelas da História da nossa Cidade que vamos encontrar as provas sobejas do quanto se trabalhou, do quanto se persistiu, para que nossa gente pudesse no futuro, apresentar para conhecimento das gerações, o que foi construído com esforço e abnegação (PIRES, M. “Na prateleira do tempo”, *Diário de Natal*, 28/04/1952).

A produção retroativa de livros de registros, tendo sido iniciada na gestão de Alcides Cicco (1926-1954), foi retomada posteriormente por Meira Pires, quando este exercia a função de delegado do Serviço Nacional de Teatro. É assim, como uma iniciativa deste, que o jornal *Diário de Natal* noticia, em 20 de janeiro de 1954, a “organização do Arquivo do Theatro Carlos Gomes”:

Dentre as inúmeras iniciativas de vulto levadas a efeito em nossa terra pela Delegacia do Serviço Nacional de Teatro, em benefício da Arte, logo agora, no início de 1954, a organização do ARQUIVO do Teatro Carlos Gomes, já determinada pelo teatrólogo Meira Pires, Delegado do SNT neste Estado.

Adquirido um arquivo devidamente capacitado para o fim a que se destina, a secretária da Delegacia do SNT, srta Guiomar Florentino da Costa, iniciou ontem, a classificação das pastas que ocuparão as gavetas do arquivo que será organizado juntamente com o teatrólogo Meira Pires.

Assim, dentro de pouco tempo, dois meses mais ou menos, os interessados em saber o que se passou há 50 anos atrás em nossa velha casa de espetáculos poderão procurar o Arquivo do Teatro, que lá irá encontrar a classificação do dia, mês e ano dos acontecimentos artísticos levados a efeito na Casa de Alberto Maranhão, e bem assim os programas relativos às festividades ali desenvolvidas.

As informações trazidas pelo *Diário de Natal* indicam ainda que a organização do acervo de fato se constituiu em torno da memória dos eventos artísticos realizados nos palcos do TAM e não a partir de uma política de gestão do conjunto documental da instituição.

O contexto da criação do arquivo também ajuda a explicar por que é possível deparar-se com documentos de apresentação e configuração bastante contrastantes. Por exemplo, os registros referentes ao período entre 1904 e 1912, produzidos a partir da transcrição, em sequência cronológica e páginas numeradas, da coluna dedicada ao teatro do jornal *A República*¹¹, figuram em caligrafia cursiva e folhas de caderno pautadas. As folhas, mesmo as que tratam dos primeiros espetáculos apresentados no teatro, contêm, no canto superior direito, a assinatura do diretor Alcides Cicco. Já para o período entre 1916 e 1920, os registros figuram em páginas numeradas com capas contendo o ano registrado em caneta hidrográfica, seguidas de transcrições datilografadas do jornal *A República*. É ainda possível ler, no início do compêndio, o seguinte texto:

Por maior que tenha sido o esforço desenvolvido, os apelos feitos através da imprensa e do rádio, com o objetivo de conseguir programas e notícias de jornais da época que servissem como testemunhos eloquentes do movimento artístico, cultural e social desenrolado no quinquênio 1916-1920, nada foi possível encontrar que servisse a esse objetivo. [...]

Decidimos então efetuar uma pesquisa na coleção de A REPÚBLICA a fim de não deixar sem registro esse período de grande significação para a vida desta Casa de Espetáculos. Assim, de acordo com as notas anexas, tudo o que passou nesse Teatro, de 1916 a 1920, foi encontrado no órgão fundado por Pedro Velho, que é, como ninguém ignora, uma espécie de ATA do dia-a-dia provinciano.

O trabalho de pesquisa nas coleções de A REPÚBLICA, no período antes mencionado e gentilmente cedidas pelo Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, foi pacientemente feito pela funcionária Verônica de Oliveira Netta, encarregada do Arquivo Histórico do Teatro.

Se algo foi realizado nesta Casa de Espetáculos e não constar deste registro, é porque, também, infelizmente, não constava e não foi motivo de qualquer comentário em A REPÚBLICA (THEATRO CARLOS GOMES, 1916).

A consulta aos documentos referentes às primeiras décadas de funcionamento do TAM permite-nos conhecer não apenas a ocupação das pautas de espetáculo, como também entender o próprio processo de concepção dos livros de registros que compõem hoje o acervo documental do teatro relativo à primeira metade do século XX. É possível, ainda, perceber que tais livros sofreram intervenção, encontrando-se hoje desmembrados em pastas-fichários às quais foram anexados outros documentos, como fotografias e fotocópias, programas e até mesmo reproduções de notícias extraídas de sítios eletrônicos correspondentes aos eventos registrados. Não tendo constituído prática oficial no protocolo de funcionamento do teatro desde a sua fundação, o registro das atividades orientou-se meramente a partir da boa intenção de alguns de seus diretores e bibliotecárias. Tratou-se, na maioria das vezes, da tentativa de produção de uma memória a partir da reunião e organização cronológica dos eventos ocorridos no Teatro Alberto Maranhão.

CONCLUSÃO

Com a intenção de contribuir com a discussão sobre a memória teatral no Brasil, apresentamos neste artigo o projeto *Memória do Teatro Alberto Maranhão*. De início coube, de um lado, refletir

sobre a relevância desse Teatro para a vida cultural potiguar e, de outro, questionar os desafios de produzir e ensinar História do Teatro diante da ausência de centros de documentações no estado. Ressaltamos, nesse sentido, a importância das pesquisas já desenvolvidas na área no Rio Grande do Norte, observando também suas lacunas, com vistas a ressaltar a urgência de uma ação que garanta, em longo prazo, a política de memória para o teatro no estado. Construímos nossa reflexão em diálogo com outros pesquisadores que vêm procurando pensar o papel das universidades na produção e preservação da memória teatral.

Nesse âmbito, é salutar reconhecermos as limitações de nossa atuação enquanto pesquisadoras(es) do teatro, uma vez que a gestão de documentos e arquivos é objeto de uma área do saber constituída ao longo de anos. Convém, então, pautar a importância de uma política efetiva de longa duração para a gestão de documentos na esfera das instituições públicas, que vai muito além da digitalização dos acervos existentes, conforme apontaram Fontana (2019) e Azevedo (2017).

Diante da escassez de fontes documentais e das condições de fragilidade em que se encontram diversos acervos teatrais no Brasil, complexificasse, para os pesquisadores do teatro atuantes na universidade pública, o desafio de pensar os fenômenos cênicos locais em suas relações com a História global. Essa reflexão não pode prescindir de ações de produção ou preservação da memória teatral local, sejam no campo da pesquisa, sejam no âmbito da extensão. Entretanto, tal empreitada precisa estar sintonizada às preocupações relativas “aos aspectos técnicos que envolvem as atividades exercidas no tratamento dos acervos teatrais” (FONTANA, 2019, p. 72). É, portanto, pertinente ressaltar a necessidade de amparo institucional e financeiro que as ações do projeto descrito neste artigo demandam.

Nestas linhas, não se buscou descrever uma ação exitosa do ponto de vista arquivístico. Em vez disso, numa leitura crítica do acervo do Teatro Alberto Maranhão, procurou-se refletir sobre os processos que nortearam os esforços de preservação da memória das artes cênicas no Rio Grande do Norte na primeira metade do século XX. A análise da parte do acervo correspondente ao período apontou a necessidade de compreendermos

melhor a própria produção dos registros das atividades do teatro. Observou-se que os livros de registros referentes a tal período foram fruto de iniciativas de alguns diretores preocupados com a memória do teatro, e não da acumulação orgânica de documentos produzidos pela instituição. Segundo Azevedo (2017), este tipo de prática não parece destoar da realidade da maioria dos acervos teatrais brasileiros:

O acervo do atual Centro de Documentação e Informação da Funarte (Cedoc) é composto não pela lógica que preside a acumulação natural dos arquivos, mas por uma política de acumulação que teve seu ponto mais intenso no final da década de 1980, quando promoveu uma campanha de doação de documentação de e sobre pessoas ligadas às atividades teatrais. A constituição do acervo da Funarte é exemplar para entender a dinâmica mais comum na formação de instituições de guarda de documentação sobre o teatro no Brasil. A base desses conjuntos é oriunda de doações pessoais (seja em vida, seja por herdeiros) de artistas, críticos e pesquisadores (AZEVEDO, 2017, p. 156).

A compreensão dos processos de constituição do acervo documental do Teatro Alberto Maranhão é fundamental para que se possa produzir uma reflexão crítica sobre e a partir da memória teatral no país, tal qual nos recomenda Dubatti, citado na abertura deste artigo. Para ele, cabe a nós, pesquisadores e pesquisadoras do teatro, pensar os limites dos registros documentais, ao invés de tomá-los como vias puras de acesso ao passado. Disso decorre a necessidade de atrelar ações de preservação de acervos, realizadas no âmbito da extensão, às pesquisas sobre produção de memória no Brasil. Certamente, tal direcionamento poderá fomentar também um ensino de (História do) Teatro mais amplo, crítico e reflexivo.

NOTAS

01. É o caso do grupo Clowns de Shakespeare, que publicou cartografia dos grupos teatrais da região Nordeste além de produzir vídeo-aulas, disponíveis em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ErlvUbX6SAg&t=8s>>. Acesso em: 7 nov.2022.

02. O grupo, capitaneado por Paschoal Carlos Magno, teve grande relevância para o processo de modernização do teatro brasileiro, a partir da década de 1940. Conforme observou Fontana, as turnês do TEB pelo Brasil propagaram

repertórios e modos de organização da atividade teatral de acordo com o que se entende hoje por modernidade teatral.

03. Vale ressaltar que a maior parte da bibliografia aqui citada trata, principalmente, da atividade teatral realizada na capital do estado. Novo esforço deve ser somado a fim de abranger a produção teatral no interior do Rio Grande do Norte.

04. Alguns podem ser parcialmente acessados através da Hemeroteca Digital, outros por meio do portal do IHGRN em parceria com a Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN). Disponíveis em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>; <<https://ihgrn.org.br/repositorio>>. Acesso em: 4 nov.2022.

05. A instituição também conserva outros acervos, como o do ex-presidente Café Filho.

06. É importante ressaltar que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte instituiu, por meio da resolução Nº 017/2017-CONSEPE, a política de memória da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, prevendo em seu Art. 3º, incisos VII: "colaboração entre agentes de órgãos públicos e/ou privados para o desenvolvimento de políticas de preservação e difusão da memória"; e IX: "articulação e estabelecimento de parcerias e convênios, inter e extrainstitucionais, com órgãos governamentais e não governamentais para o desenvolvimento prático e fortalecimento desta política". A diretriz insere-se, portanto, no âmbito da extensão universitária, e é por esse viés que o presente projeto encontrou apoio institucional.

07. Além disso, conta com o suporte das servidoras técnicas Evanúcia Gomes de Oliveira (Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos - LABRE), Íris Álvares Dantas (Laboratório de Imagens da UFRN - LABIM), além da bolsista Maria Luiza Rocha da Silva. A ação contou ainda com a consultoria da professora Fabiana Siqueira Fontana (UFSM), que possui formação em Arquivologia e experiência na organização de conjuntos documentais custodiados pelo Centro de Informação e Documentação da FUNARTE.

08. Disponível em: <<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/>>. Acesso em: 28 out.2022.

09. Conforme observa Fontana (2019), o desejo de produzir e preservar a memória das artes cênicas no Brasil ganha força a partir da década de 1940. Tais iniciativas relacionam-se a uma política de desenvolvimento da área da cultura que se iniciou a partir da Era Vargas (CAMARGO, 2013, p. 9).

10. Além da reconstituição e digitalização desse livro, foi realizada a sistematização das informações contidas no documento, e elaborada uma planilha que relaciona e discrimina os artistas, os dramaturgos e as obras que circularam pelo teatro no período em questão.

11. Ao final de cada transcrição encontramos a identificação do periódico, bem como a data da publicação da notícia. Também comparamos os textos contidos nos livros de registros com exemplares do jornal *A República*, constatando que se tratam de transcrições. Em 1907, é a coluna "Palcos e Salões" que continha uma seção dedicada ao Theatro Carlos Gomes.

REFERÊNCIAS

RIO GRANDE DO NORTE. Regulamento do Teatro Carlos Gomes, de 8 de abril de 1908. **Atos Legislativos e Decretos do Governo 1908**. Natal: Typ. d'A República, 1909. p. 100-111. Disponível em: <<http://www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/2666>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

AZEVEDO, E. R. Preservação de documentos para a história do teatro brasileiro: teoria e prática. **Revista Sala Preta**, São Paulo, v.17, n.2, 2017, p.151-163.

BRANDÃO, T. Falas de camarim: história oral e história do teatro. **Revista Sala Preta**, São Paulo, v.17, n.2, 2017, p.151-163.

CAMARGO, A. R. **A política dos palcos: teatro no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CHARLE, C. **A gênese da sociedade do espetáculo: teatros em Berlim, Londres e Viena**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4a Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DUBATTI, Jorge. **O teatro dos mortos:** introdução a uma filosofia do teatro. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

FARIA, J. R. (org.). **História do teatro brasileiro:** do modernismo às tendências contemporâneas. São Paulo: Perspectiva; Edições SESC, 2013.

FERRAZ, Leidson Malan. Contribuição à história dos festivais no Brasil. **Revista Arteriais**, Belém, v.5, n. 9, 2019, p. 124-142.

FONTANA, Fabiana Siqueira. O que existe de permanente no reino do efêmero – os arquivos pessoais e o patrimônio documental do teatro. **Revista Sala Preta**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2017, p.11-25.

FONTANA, Fabiana Siqueira. O desejo de guardar e as tarefas de proteger e disponibilizar: notas para a consolidação do patrimônio documental do teatro no Brasil. **Revista Aspás**, São Paulo, v.9., n.1, ago. 2019, p. 64-77.

FONTANA, Fabiana Siqueira. **O Teatro do Estudante do Brasil de Paschoal Carlos Magno**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

GALVÃO, C. **Teatro Carlos Gomes. Teatro Alberto Maranhão:** cem anos de arte e cultura. Natal: Editor, 2005.

MOURA, M. O. Redes de teatro no Brasil: coletivos amadores no Rio Grande do Norte e a modernização do teatro brasileiro. In: **Anais do XXX Simpósio Nacional de História**, 1., 2014, Recife, Anais [...] Pernambuco: ANPUH, 2019. p.1-13.

OTHON, Sônia Maria de Oliveira. **Vida teatral e educativa da cidade dos Reis Magos:** Natal, 1727 a 1913. Natal: EDUFRRN, 2003.

OTHON, Sônia Maria de Oliveira. **Dramaturgia na cidade dos Reis Magos**. Natal: EDUFRRN, 1998.

PIRES, Inácio de Meira. **História do Teatro Alberto Maranhão (1904 a 05.03.1952)**. Natal: Fundação José Augusto, 1980.

PIRES, Inácio de Meira. PIRES, M. "Na prateleira do tempo", **Diário de Natal**, 28 de abril de 1952.

SANTOS, Racine. **Natal em Cena:** 150 anos de história. Natal: Trapiá, 1996.

SPINELLI, Diogo de Oliveira. **O teatro de grupo e a relação com encenadores convidados na formação,**

profissionalização e manutenção do Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas), Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". São Paulo, 2016.

THEATRO CARLOS GOMES. **Livro de Registros 1916–1920.** Natal, s.n. Disponível em: <<http://www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/2662>>.

SOBRE A AUTORA

Monize Moura é professora adjunta do curso de Licenciatura em Teatro e do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas (PPGARc) da UFRN. Atriz graduada na Escola de Teatro da UFBA. Doutora em História pela Universidade Paris-Saclay e em Artes Cênicas pela UNIRIO (com bolsa CAPES).

E-mail: monize11@gmail.com